



SENADO FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 3

PROVA OBJETIVA

MANHÃ

ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

BLOCO I - CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa****1**

Leia o fragmento a seguir.

“Estamos na fase preliminar de uma das maiores batalhas da história (...) Que estamos em ação em muitos pontos — na Noruega e na Holanda — (...) que temos que estar preparados no Mediterrâneo. Que a batalha aérea é contínua, e que muitos preparativos têm que ser feitos aqui em casa.

Eu diria à Câmara como disse àqueles que aderiram a este governo: “Não tenho nada a oferecer além de sangue, labuta, lágrimas e suor”. Temos diante de nós uma provação do tipo mais grave. Temos diante de nós muitos, muitos longos meses de luta e de sofrimento.

Você pergunta, qual é a nossa política? Direi: É travar uma guerra, pelo mar, terra e ar, com toda a nossa força e com toda a força que Deus pode nos dar; para travar uma guerra contra uma tirania monstruosa, nunca superada no catálogo sombrio e lamentável do crime humano. Essa é a nossa política. Você pergunta, qual é o nosso objetivo? Eu posso responder em uma palavra: Vitória. Vitória a todo custo — vitória apesar de todo o terror — Vitória, por mais longa e difícil que seja o caminho, pois sem vitória não há sobrevivência.”

CHURCHILL, Winston, pronunciamento na Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico, em 13 de maio de 1940.

A seguir aparecem algumas observações sobre o discurso político; entre essas observações, assinale a que se relaciona mais diretamente a esse fragmento do discurso de Churchill, considerando exclusivamente esse segmento e sua situação de produção.

- (A) O discurso apresenta uma tese exposta na primeira frase do texto e, da mesma forma, também tem um argumento que a apoia. Portanto, a afirmação que se pretende comunicar aos destinatários é defendida com fatos reais ou raciocínio plausível.
- (B) A construção de um discurso tem um senso estratégico de ação, isto é, na exposição de sua ideia, existem objetivos definidos, modos ou maneiras claras de alcançá-los e antagonistas ou obstáculos que podem se apresentar como ameaças no campo de jogo.
- (C) Nesse tipo de fala, o receptor está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, ocorrendo um provável julgamento do desempenho dos líderes.
- (D) O discurso político nesses casos concentra-se em demonstrar que ações precisas e necessárias foram tomadas no desenvolvimento da gestão, abordando meios de subsistência suficientes e, além de convincente, garantindo que a coisa certa foi feita sobre uma questão transcendental e futura.
- (E) É uma ferramenta essencial para os atores políticos, pois é usada por eles para expressar sua maneira de ver certos problemas, vincular os ouvintes aos seus ideais, gerar perguntas sobre o exercício do poder ou criar esperança para quem recebe a mensagem.

2

Leia o fragmento a seguir.

“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.

Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.

Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública.

Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional.”

QUADROS, Jânio. Carta enviada ao Congresso Nacional.
Brasília, 25 de agosto de 1961.

Assinale a opção que indica a marca formal e semântica que melhor define o texto da carta de Jânio Quadros.

- (A) Enumeração de problemas enfrentados pelo presidente no exercício de sua função, justificando a sua decisão de renunciar à Presidência e apresentando os motivos de sua desistência de forma objetiva.
- (B) Relato dos feitos realizados no período do mandato, numa espécie de prestação de contas a seus eleitores.
- (C) Apelo sentimental e patriótico aos eleitores no sentido de que o presidente mostre seu ato como um motivo a mais de valorização pessoal.
- (D) Explicação dada a seus eleitores, demonstrando a impossibilidade de cumprir os ideais partidários com que o presidente se havia comprometido no período eleitoral.
- (E) Tentativa de manipulação da opinião pública contra as estruturas vigentes a fim de incentivar a eleição de novos mandatários comprometidos com o povo brasileiro e seus anseios.

3

Num cenário de formatura colegial, o professor encarregado do discurso de patrono da turma, começou-o da seguinte forma:

“Senhores pais aqui presentes, meus caros ex-alunos: neste meu discurso vou seguir os conselhos de Millôr Fernandes, que recomendava que discursos de formatura e governos de ditadura, quanto mais curtos, melhor!”

Assinale a opção que apresenta a recomendação do especialista Jorge David Cortés Moreno sobre a maneira de introduzir-se um discurso, que foi seguida pelo patrono da turma.

- (A) Enumerar todas as pessoas presentes a fim de que se sintam valorizadas e participem da fala do orador.
- (B) Indicar previamente o conteúdo da fala, tentando despertar a curiosidade dos ouvintes.
- (C) Valorizar o discurso com uma citação culta no sentido de prender a atenção do público.
- (D) Começar por uma frase inesperada dentro da situação de enunciação, fugindo de um lugar-comum.
- (E) Destacar ironicamente um aspecto do discurso, aspecto esse que corrobora as marcas tradicionais do mesmo tipo de texto.

4

O texto publicitário a seguir anuncia um curso sobre o liberalismo.

Falar em nome do liberalismo virou moda, e muitos tentam usurpar o termo para diferentes escolas de pensamento. Venha mergulhar nas ideias dos grandes pensadores da liberdade, desde os clássicos até os contemporâneos.

Conheça a fundo as obras das principais referências do liberalismo e conservadorismo, com quem está há pelo menos 20 anos estudando o tema e que atuou diretamente na disseminação da filosofia liberal, muito antes da polarização atual. Entenda, de uma vez por todas, os conceitos das diferentes vertentes do liberalismo. Pensadores da Liberdade é o manual definitivo para entender os principais argumentos que sustentam o liberalismo.

Por meio da influência desses mestres, o curso oferece uma visão e um entendimento a respeito da liberdade e o que devemos fazer para chegarmos mais perto desse ideal.

O melhor antídoto contra o obscurantismo e a desinformação é o conhecimento. O curso apresenta matéria consistente para que cada pessoa possa construir a própria reflexão sobre os valores de uma sociedade verdadeiramente democrática.

(Adaptado)

Assinale a opção que indica a instrução destinada à produção de um texto como esse, que foi seguida pelo seu autor.

- (A) Fazer pesquisas sobre o tema. Se você deve informar ou persuadir o público, sua credibilidade é essencial. Então, você deve conhecer seu tema de forma exaustiva. Não o focalize sob o seu ponto de vista pessoal e procure todos os argumentos ligados a ele. Você poderá, assim, enfrentar toda pergunta do público e convencê-lo de forma mais eficiente.
- (B) Se seu texto visa a convencer alguém, você pode apresentá-lo sob a forma de problema a resolver. O corpo do texto será composto de duas partes: a primeira destaca as questões de mais interesse e a segunda as desenvolve, apresentando também as soluções, com respostas para cada elemento evocado na primeira parte.
- (C) Encontre uma focalização eficaz. Os primeiros minutos de seu discurso são capitais para despertar o interesse e a atenção do público; você pode, por exemplo, introduzir o texto de forma a destacar um traço marcante do tema ou uma cifra eloquente.
- (D) Organize suas ideias de forma lógica. Um texto é proporcionalmente mais eficaz à medida que é simples no fundo e na forma. Faça seu desenvolvimento em torno de três ou quatro pontos mais importantes, seguindo uma ordem cronológica ou estabelecendo comparações.
- (E) Cuide das ligações entre as partes do texto, fazendo um texto fluido e coerente. Na falta desses elementos de transição, seu texto vai parecer frouxo e desorganizado.

5

O texto descritivo a seguir tem por objeto o famoso quadro de Leonardo Da Vinci, a *Monalisa*.



A mulher pintada é representada no modelo de uma pirâmide, numa geometrização triangular, em que as mãos cruzadas formam a base da pirâmide. O centro do quadro é o peito da mulher e está alinhado com o olho esquerdo e os dedos da mão direita. Seu braço esquerdo está confortavelmente apoiado no braço da cadeira e é cruzado pelo braço direito. A posição dos braços, junto com a da cadeira, transmite uma distância entre ela e o observador. A cabeça é coberta por um véu que simboliza a castidade, frequente nos retratos de uma esposa. Não apresenta joias ou sinais particulares de ostentação ou poder econômico.

A postura da Monalisa indica serenidade e, junto com o olhar de soslaio, mas direto para o espectador, mostra o domínio dos sentimentos, algo que normalmente não era atribuído a uma mulher naquela época. O rosto não tem sobrancelhas.

A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua. Isso porque o olhar, o corpo e as mãos são direcionados em ângulos sutilmente diferentes. Na borda esquerda da pintura você pode ver a base de uma coluna, sugerindo que a mulher está sentada em uma galeria. A paisagem ao fundo é pintada com uma perspectiva aérea. O azul esfumado e a perspectiva difusa e pouco nítida dão à composição maior profundidade. A paisagem de fundo apresenta um certo desequilíbrio, pois cria a ilusão de uma paisagem que se divide em duas. No entanto, não há continuidade entre os dois. Parece que não há correspondência em termos de alturas e linhas.

Sobre essa descrição, assinale a afirmativa correta.

- (A) A finalidade da descrição pode ser caracterizada como sentimental, já que o observador mostra sua profunda admiração pela obra.
- (B) O observador, focalizando o quadro como real conhecedor de pintura, destaca técnicas geométricas que construíram a beleza do quadro e, como admirador, indica a composição progressiva da imagem da mulher.
- (C) A descrição tem finalidade estética, ou seja, procura mostrar ao leitor os caminhos de uma real observação estética da pintura, com total conhecimento das estratégias e técnicas do pintor e dos efeitos produzidos.
- (D) O texto mostra nítido valor simbólico, em que abundam os exemplos de linguagem figurada a fim de retratar de forma fiel uma obra tão importante.
- (E) Os detalhes destacados na pintura e no modelo são bastante objetivos, com informações sobre as técnicas pictóricas utilizadas e sobre detalhes intrigantes do quadro, com os esclarecimentos necessários ao seu entendimento.

6

Os textos podem apresentar problemas de entendimento quando mostram mais de uma possibilidade de sentido. Esse tipo de problema pode ser causado por um vocábulo que, no contexto, apresenta mais de um significado (polissemia) e também pode ser provocado por uma estruturação sintática inadequada (ambiguidade).

Assinale a opção que mostra simultaneamente polissemia e ambiguidade.

- (A) Os problemas políticos no Ministério da Educação foram resolvidos pela troca do ministro.
- (B) O presidente e o ministro viajam para a Europa na próxima semana.
- (C) O passageiro enjoado dirigiu-se ao banheiro da aeronave.
- (D) Você chegou a ver a coleira do cachorro que Heitor comprou ontem?
- (E) A exibição dos novos modelos agradou a todos os frequentadores do desfile.

7

Um escritor francês aborda, no texto argumentativo a seguir, a influência americana na França atual.

“Eu certamente admiro o povo americano; mas esse povo, por muitos aspectos de seu gênio, me é mais estrangeiro que qualquer outro. Eu nunca visitei os EUA. Mas eles fizeram muito mais do que nos visitar: eles nos transformaram. O ritmo de nossa vida cotidiana segue o modelo deles. Sua música aparece em milhões de discos. Milhares de filmes, sobre todas as telas de Paris e do interior, nos impõem seus modelos: a idolatria da técnica, de todas as técnicas criadas pelo homem, a loucura pela velocidade... “Não se compreende nada da civilização moderna, se não se admite antes que ela é uma conspiração universal contra toda vida interior...” escrevia Georges Bernanos, em 1945. Sim, contra tudo o que tinha valor para as pessoas de minha raça: uma vida recolhida numa mansão antiga onde viveram antes de nós aqueles de quem viemos e que nos amaram.”

Sobre esse texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto protesta contra um colonialismo de um novo tipo: a influência crescente da cultura americana sobre a Europa, rejeitando-a parcialmente, sobretudo no terreno artístico.
- (B) Os argumentos apresentados para demonstrar a influência americana são dificilmente refutáveis, já que apelam para a evidência cotidiana.
- (C) A presença de termos como “idolatria” e “loucura” mostra, implicitamente, apreço pela cultura dos Estados Unidos, que o autor aparentemente rejeita.
- (D) Um contra-argumento que se poderia opor ao pensamento do autor do texto é o de que a influência americana só atinge os países culturalmente mais débeis.
- (E) A visão do autor do texto é bastante otimista, no sentido de que o mundo futuro será apoiado em brilhante tecnologia e vida exterior intensa, facilitando o enriquecimento mútuo das nações.

8

Um orador parlamentar terminou um de seus discursos com a seguinte frase de efeito:

“Quem é feliz não o sente e nunca sabe que o é!”

Sobre a estruturação sintático-semântica dessa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “Quem é feliz” pode ser substituído no contexto da frase por “O felizardo”.
- (B) O final da frase mostra uma elipse do termo “feliz”.
- (C) A frase pode ser reescrita, com a eliminação das negativas, por “Quem é feliz é insensível e ignora que o é”.
- (D) As duas ocorrências do pronome “o” substituem o adjetivo “feliz”.
- (E) A frase tem como equivalente a construção “Quem é feliz não só não o sente como também nunca sabe que o é”.

9

Leia o fragmento textual a seguir.

“É com alegria que eu me rendo aos apelos de meus concidadãos e venho saudar, no meio deles, as esperanças de emancipação, de ordem e de paz que vão germinar, misturadas às raízes desta árvore da liberdade. A árvore é um belo e verdadeiro símbolo da liberdade! A liberdade tem raízes no coração do povo, como a árvore no coração da terra; como a árvore, ela desenvolve seus ramos no céu; como a árvore, ela cresce sem cessar e cobre as gerações com sua sombra.”

(Discurso de Victor Hugo em 1848, no ato de plantar uma árvore).

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O autor do discurso apela, inicialmente, para o patriotismo dos ouvintes a fim de que seu discurso seja bem recebido.
- (B) Todo o discurso se apoia na comparação entre as raízes de uma árvore e as raízes da liberdade.
- (C) O autor, na afirmação de que a liberdade desenvolve seus ramos no céu, quer referir-se à proteção divina dada àqueles que lutam pela liberdade.
- (D) As afirmações comparativas do autor se fundamentam em valores universalmente admitidos, ainda que em linguagem figurada.
- (E) A referência à sombra da árvore, além do papel de proteção, mostra os movimentos ocultos que lutam pela liberdade dos povos.

10

Leia o fragmento a seguir.

“Estou contente de me reunir hoje com vocês nesta que será conhecida como a maior demonstração pela liberdade na história de nossa nação.

Há dez décadas, um grande americano, sob cuja sombra simbólica nos encontramos hoje, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse magnífico decreto surgiu como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que arderam nas chamas da árida injustiça. Ele surgiu como uma aurora de júbilo para pôr fim à longa noite de cativo.

Mas cem anos depois, o negro ainda não é livre. Cem anos depois, a vida do negro ainda está tristemente debilitada pelas algemas da segregação e pelos grilhões da discriminação.

Cem anos depois, o negro vive isolado numa ilha de pobreza em meio a um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o negro ainda vive abandonado nos recantos da sociedade na América, exilado em sua própria terra. Assim, hoje viemos aqui para representar a nossa vergonhosa condição.”

LUTHER KING, Martin. *Eu tenho um sonho*. Washington DC. 28 de agosto de 1963.

Assinale a opção que apresenta a afirmação adequada ao fragmento acima.

- (A) Os discursos políticos, como esse, abordam questões ideológicas relacionadas ao contexto em que estão se desenvolvendo.
- (B) O fragmento apresenta uma tese, apoiada em argumentos que citam fatos reais, retirados do cotidiano da população negra dos EUA.
- (C) O trecho inicial do discurso de Martin Luther King tem como objetivo de persuasão o adversário político das ideias defendidas.
- (D) Como a maioria dos discursos políticos, esse também se apoia numa linguagem bastante objetiva, como meio mais fácil de convencimento.
- (E) Nesse fragmento, o enunciador está em uma posição em que deve decidir e tomar uma posição em relação a eventos passados, mostrando sua responsabilidade de governante.

11

Em todas as frases a seguir, foi usada a conjunção porque.

Assinale a opção em que, retirando-se essa conjunção, a forma de reescrever a frase não mantém o sentido original.

- (A) O cantor repetiu o número porque o público exigiu / O cantor repetiu o número por exigência do público.
- (B) Consegui chegar ao sucesso porque me ajudaram muitas pessoas / Consegui chegar ao sucesso pela ajuda de muitas pessoas.
- (C) Abandonou o clube porque a torcida o hostilizava / Abandonou o clube pela hostilização da torcida.
- (D) Vamos levar comida porque talvez demorem na volta / Vamos levar comida pela demora na volta.
- (E) A empresa o promoveu porque mostrou muita coragem / A empresa o promoveu por seu encorajamento.

12

Leia o texto injuntivo a seguir.

“Para proteger a natureza e o meio ambiente contra a poluição, é necessário:

- * evitar atirar papéis no chão de locais abertos ou fechados.
- * diminuir o tráfego de veículos movidos à gasolina.
- * preferir o metrô e os ônibus como meios de transporte.
- * plantar árvores para aumentar o oxigênio no ar.
- * sensibilizar as pessoas contra o perigo da poluição.
- * combater os incêndios nas florestas

Enfim, proteger o meio ambiente é preservar a biodiversidade. As plantas e os animais podem contribuir para nossa boa saúde.”

Assinale a opção que apresenta a marca de estruturação de um texto injuntivo que não está de acordo com o fragmento acima.

- (A) Neste caso, o texto injuntivo se apoia basicamente em conselhos dados aos leitores.
- (B) A construção das frases injuntivas, neste caso, utiliza basicamente infinitivos.
- (C) O texto é organizado de forma a descrever claramente os trabalhos a realizar, precisando todas as etapas.
- (D) As tarefas a serem realizadas são apresentadas sem qualquer parâmetro de ordem.
- (E) Os textos injuntivos, como este, podem justificar as tarefas a serem realizadas, o que é feito no parágrafo final.

13

Leia o fragmento a seguir.

Apurado, com impressionante agilidade e precisão, naquela tarde de 2009, o resultado da consulta à população acriana, verificou-se que a esmagadora e ampla maioria da população daquele distante estado manifestou-se pela efusiva e indubitável rejeição da alteração realizada pela Lei nº 11.662/2008. Não satisfeita, inconformada e indignada, com a nova hora legal vinculada ao terceiro fuso, a maioria da população do Acre demonstrou que a ela seria melhor regressar ao quarto fuso, estando cinco horas a menos que em Greenwich.

O fragmento textual acima está incluído no Manual de Redação da Presidência da República como exemplo negativo de um texto que contraria qualidades recomendadas para os textos oficiais. Assinale a opção que a(s) indica.

- (A) clareza e precisão.
- (B) objetividade.
- (C) concisão.
- (D) coesão e coerência.
- (E) impessoalidade.

14

Assinale o segmento que pertence à obra, de estilo muito particular, do escritor modernista João Guimarães Rosa.

- (A) *“O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.”*
- (B) *“Esta imensa campina, que se dilata por horizontes infindos, é o sertão de minha terra natal. Aí campeia o destemido vaqueiro cearense, que à unha de cavalo acossa o touro indômito no cerrado mais espesso, e o derriba pela cauda com admirável destreza. Aí, ao morrer do dia, reboa entre os mugidos das reses, a voz saudosa e plangente do rapaz que abóia o gado para o recolher aos currais no tempo da ferra. Quando te tomarei a ver, sertão da minha terra, que atravessei há muitos anos na aurora serena e feliz da minha infância?”*
- (C) *“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.”*
- (D) *“Viver é muito perigoso... Porque aprender a viver é que é o viver mesmo... Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa... O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra.”*
- (E) *“— Chá... tchá... chá... tchá. Era um pássaro madrugador que anunciava a antemanhã, primeiro que o galo-de-campina, que toda a orquestração das matinas. Um xexéu desgracioso, cor das barreiras enferrujadas, a que os escravos davam caça, a bodoque, nos dias de folga, porque — regulador que não se atrasa — lhes marcava, pontualmente, o início das tarefas diárias. O feitor, como ainda chamam a esse arauto importuno, pegava no estribilho temporão, tirando do sono a cabroeira extenuada, como contratado pelo senhor rural: chá... tchá...”*

Raciocínio Lógico Matemático

15

Três candidatos disputam uma vaga para o Senado Federal. Segundo pesquisas eleitorais, o candidato A abriu uma vantagem de 10 pontos percentuais em relação ao candidato B, o segundo colocado. O candidato C, terceiro colocado, aparece com 8% das preferências do eleitorado.

Há pressões para que C desista da disputa. Caso isso ocorra, 42% de seus eleitores migrariam para a candidatura A, ao passo que 27% optariam por B, segundo as mesmas pesquisas.

Nesse cenário de apenas dois candidatos, a nova diferença percentual entre os candidatos A e B será de

- (A) 15,6%.
 (B) 14,3%.
 (C) 13,8%.
 (D) 12,5%.
 (E) 11,2%.

16

Um reservatório tem o formato de um cone reto. Ele está invertido, com o vértice para baixo e a base para cima. Um líquido é despejado no reservatório a uma vazão constante. Após uma hora, o líquido atinge uma altura igual à metade da altura do reservatório.

O número de horas adicionais necessárias para encher todo o reservatório é igual a

- (A) 1.
 (B) 3.
 (C) 5.
 (D) 7.
 (E) 8.

17

Uma empresa constrói ferrovias usando 3 tipos de peças de encaixe, de 110, 210 e 310 metros de comprimento. Ela pretende construir um trecho com exatamente 1,5 quilômetros de extensão, usando ao menos uma peça de cada um dos 3 tipos.

O número total de peças que ela deve usar para montar o trecho da ferrovia é igual a

- (A) 8.
 (B) 9.
 (C) 10.
 (D) 11.
 (E) 12.

18

Uma urna contém três bolas brancas. Uma segunda urna contém uma bola branca e duas pretas. Retira-se uma bola ao acaso de uma das urnas e verifica-se que ela é branca, desconhecendo-se qual urna foi escolhida. A seguir, retira-se uma segunda bola, ainda se desconhecendo de qual urna se trata, e verifica-se que ela também é branca.

A probabilidade de que uma terceira bola retirada de uma das urnas seja preta é igual a

- (A) 1/2.
 (B) 1/3.
 (C) 1/4.
 (D) 3/4.
 (E) 2/3.

19

A negativa da frase

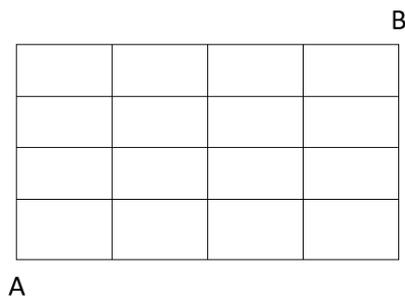
“Se fizer sol amanhã, eu vou à praia.”

é

- (A) Se fizer sol amanhã, eu vou ficar em casa.
 (B) Amanhã fará sol, mas eu não vou à praia.
 (C) Se fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
 (D) Se não fizer sol amanhã, eu não vou à praia.
 (E) Amanhã não fará sol e eu vou à praia.

20

Luciana deseja ir do vértice A ao vértice B da malha abaixo.



Ela pode caminhar em linha reta, indo de baixo para cima ou da esquerda para a direita, ao longo das linhas da malha.

O número de modos diferentes de Luciana realizar o seu trajeto é igual a

- (A) 32.
- (B) 56.
- (C) 64.
- (D) 70.
- (E) 84.

21

Paulo termina seus estudos na faculdade às 16h. Nessa mesma hora, Dora sai de casa para buscá-lo de carro. Ela demora 1 hora para ir até a faculdade e 1 hora para voltar da faculdade à casa, andando sempre à mesma velocidade.

Certo dia, ao final das aulas, Paulo resolveu alugar uma bicicleta e tomar o caminho de casa, para ganhar tempo. Com isso, ele se encontrou com Dora após 35 minutos e os dois voltaram para casa de carro.

Paulo e Dora chegaram em casa no seguinte horário:

- (A) 17h.
- (B) 17h05min.
- (C) 17h10min.
- (D) 17h15min.
- (E) 17h20min.

22

Se **não** é verdade que Daniel fala mandarim ou japonês, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Pode ser que Daniel fale mandarim e não fale japonês.
- () Daniel não fala nem mandarim nem japonês.
- () Pode ser que Daniel fale mandarim e japonês.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, F e F.

Língua Inglesa

Read text I and answer the six questions that follow it.

Text I

The New Rules of Data Privacy

The data harvested from our personal devices, along with our trail of electronic transactions and data from other sources, now provides the foundation for some of the world's largest companies. [...] For the past two decades, the commercial use of personal data has grown in wild-west fashion. But now, because of consumer mistrust, government actions, and competition for customers, those days are quickly coming to an end.

For most of its existence, the data economy was structured around a "digital curtain" designed to obscure the industry's practices from lawmakers and the public. Data was considered company property and a proprietary secret, even though the data originated from customers' private behavior. That curtain has since been lifted and a convergence of consumer, government, and market forces are now giving users more control over the data they generate. Instead of serving as a resource that can be freely harvested, countries in every region of the world have begun to treat personal data as an asset owned by individuals and held in trust by firms.

This will be a far better organizing principle for the data economy. Giving individuals more control has the potential to curtail the sector's worst excesses while generating a new wave of customer-driven innovation, as customers begin to express what sort of personalization and opportunity they want their data to enable. And while Adtech firms in particular will be hardest hit, any firm with substantial troves of customer data will have to make sweeping changes to its practices, particularly large firms such as financial institutions, healthcare firms, utilities, and major manufacturers and retailers.

Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds. The key to this transition — based upon our research on data and trust, and our experience working on this issue with a wide variety of firms — is for companies to reorganize their data operations around the new fundamental rules of consent, insight, and flow.

[...]

Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech. Meanwhile, in 2021 state legislatures proposed or passed at least 27 online privacy bills regulating data markets and protecting personal digital rights. Lawmakers from California to China are implementing legislation that mirrors Europe's GDPR, while the EU itself has turned its attention to regulating the use of AI. Where once companies were always ahead of regulators, now they struggle to keep up with compliance requirements across multiple jurisdictions.

Adapted from: <https://hbr.org/2022/02/the-new-rules-of-data-privacy>
February 25, 2022 – Retrieved September 6, 2022

23

Based on Text I, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Advertising firms will be majorly affected by changes in data privacy rules.
- () Formerly, control over personal data for commercial purposes followed tight guidelines.
- () Legislators have currently been lax on users' assent of their data.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – F.
- (B) F – F – T.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – T.

24

The word “troves” in “troves of customer data” (3rd paragraph) refers to a(n):

- (A) sensible batch.
- (B) classified input.
- (C) controlled bunch.
- (D) sensitive network.
- (E) valuable collection.

25

According to the 2nd paragraph, in relation to the industry's practices, the function of the “digital curtain” was to

- (A) spur them.
- (B) forbid them.
- (C) endure them.
- (D) conceal them.
- (E) sponsor them.

26

In “Federal lawmakers are moving to curtail the power of big tech” (5th paragraph), it is implied that, in relation to the power of big tech, federal lawmakers aim at

- (A) spreading it out.
- (B) cutting it down.
- (C) taking it away.
- (D) crossing it off.
- (E) tangling it up.

27

“As” in “Leading firms are already adapting to the new reality as it unfolds” (4th paragraph) signals a

- (A) contrast.
- (B) condition.
- (C) conclusion.
- (D) comparison.
- (E) concomitance.

28

In the extract “now they struggle” (5th paragraph), the pronoun refers to

- (A) requirements.
- (B) legislatures.
- (C) lawmakers.
- (D) companies.
- (E) regulators.

Read Text II and answer the two questions that follow it.

Text II



“Another memo from our Legal department. Cursors have too many sharp edges and must be removed from all of our computers.”

From: https://www.glasbergen.com/ngg_tag/legal-department/

29

The gist of this cartoon depends on the reader

- (A) sighting the arrow.
- (B) mastering the rules.
- (C) understanding the pun.
- (D) handling the hardware.
- (E) noticing the straight faces.

30

The character's speech reveals that the legal department has

- (A) praised the quality of the software.
- (B) sent at least one memorandum before.
- (C) scoffed at the scope of current cursors.
- (D) been demanding highly skilled employees.
- (E) considered computers a shrewd investment.

BLOCO II - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Direito Constitucional****31**

Maria, prefeita do Município *Alfa*, informou à sua assessoria que almejava encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal, estabelecendo balizamentos direcionados à regulamentação e à fiscalização do transporte individual de passageiros, realizado no âmbito do Município por motorista cadastrado em aplicativo.

Ato contínuo, Maria apresentou questionamento a respeito da competência municipal na matéria, sendo-lhe corretamente informado que

- (A) a União possui competência privativa, por versar sobre transporte, não sendo dado aos Municípios, com base em um alegado interesse local, editar normas a esse respeito.
- (B) a matéria é de competência legislativa privativa do Município, por versar sobre interesse local, sendo possível restringir ou proibir a atividade conforme as peculiaridades do respectivo ente.
- (C) o transporte indicado por Maria é de competência legislativa privativa do Município, por versar sobre interesse local, mas os princípios da livre iniciativa e da livre concorrência obstam a proibição ou a restrição dessa atividade.
- (D) a União possui competência privativa para legislar sobre transporte, mas os Municípios podem editar as normas pretendidas por Maria, desde que não contrariem os parâmetros estabelecidos pelo legislador federal.
- (E) todos os entes federativos têm competência para legislar sobre a matéria, devendo a legislação do ente menor se ajustar às normas do ente maior, sem proibir a atividade, o que afrontaria os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

32

José, advogado, recebeu a incumbência, no escritório em que atua, de identificar alguns aspectos afetos à repercussão geral das questões constitucionais, considerando as relações processuais nas quais o escritório atua.

Ao final de suas reflexões, concluiu que

- I. em matéria criminal, há presunção *iuris et iure* de que a repercussão geral está presente.
- II. a repercussão geral não é exigida nas causas em que a Fazenda Pública figure como parte.
- III. a repercussão geral deve ser demonstrada *in abstracto*, não sendo necessário que a questão constitucional seja discutida no caso concreto.

Em relação às conclusões de José, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) todas estão certas.
- (B) todas estão erradas.
- (C) apenas a conclusão III está certa.
- (D) apenas a conclusão I está certa.
- (E) apenas as conclusões I e II estão certas.

33

Pedro, ao acessar determinado meio de comunicação social digital, teve acesso à reportagem que descrevia o seu envolvimento com o tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. O fato ocorrera há exatos vinte e dois anos e ensejara a sua prisão em flagrante em uma grande operação policial, o que também foi descrito na reportagem.

Como Pedro se tornou uma pessoa de elevado prestígio social na localidade em que reside atualmente, o conhecimento desses fatos por outras pessoas poderia abalar a sua imagem.

Por esta razão, questionou seu advogado sobre a possibilidade de o meio de comunicação digital ser judicialmente compelido a deixar de veicular a referida reportagem, sendo-lhe respondido que

- (A) a passagem do tempo não obsta a divulgação de fatos e dados verídicos, de modo que não é possível compelir o meio de comunicação a deixar de veiculá-los, ainda que isto desagrade a Pedro.
- (B) o direito à informação, por dizer respeito ao interesse público, sempre tem mais peso que o direito à honra, não sendo possível que este último seja prestigiado em detrimento daquele, o que inviabiliza o objetivo de Pedro.
- (C) a pretensão de Pedro será, ou não, acolhida de acordo com o peso dos princípios envolvidos, que será considerado conforme os circunstancialismos de ordem fática e jurídica do momento.
- (D) o direito ao esquecimento, expressamente contemplado na ordem constitucional, está sendo desrespeitado, considerando o decurso de mais de vinte anos desde o ocorrido.
- (E) o direito ao esquecimento, princípio implícito da ordem constitucional, está sendo desrespeitado, considerando o decurso de mais de vinte anos desde o ocorrido.

34

Helena nasceu no território do país *Alfa*, no qual a língua portuguesa não é adotada, quando seus pais, brasileiros naturalizados, ali se encontravam a trabalho na embaixada do país *Beta*.

Helena, apesar de jamais ter ingressado no território nacional, tinha o sonho de seguir a carreira diplomática, representando o Brasil perante outros sujeitos de direito internacional.

Ao completar dezoito anos de idade, Helena consultou um advogado a respeito da compatibilidade do seu sonho com a ordem constitucional brasileira, sendo-lhe corretamente informado que ela

- (A) é brasileira nata, logo, pode ocupar um cargo da carreira diplomática.
- (B) é brasileira naturalizada, o que afasta a possibilidade de ocupar um cargo da carreira diplomática.
- (C) é brasileira nata, mas não pode ocupar um cargo da carreira diplomática, pois não nasceu no território brasileiro.
- (D) embora seja estrangeira, pode vir a se naturalizar brasileira, o que lhe permitirá ocupar um cargo da carreira diplomática quando vier a residir no território brasileiro.
- (E) será considerada brasileira nata caso venha a residir no território brasileiro e a optar por essa nacionalidade, o que lhe permitirá ocupar um cargo da carreira diplomática.

35

Após amplas discussões, a Assembleia Legislativa do Estado *Delta* aprovou o projeto de lei nº XX, que veio a ser sancionado pelo Governador do Estado, dando origem à Lei nº YY.

Esse diploma normativo definiu o dia 20 de junho como o dia estadual dos bancários, sendo, ainda, estatuído que tal dia seria feriado para esses profissionais.

A Lei nº YY foi muito elogiada por alguns setores, mas criticada de forma veemente por outros, sendo que as reflexões sobre a competência legislativa do Estado ocupavam o centro das discussões.

Instado a se manifestar, um destacado constitucionalista observou que, à luz da sistemática constitucional, o Estado *Delta*

- (A) não tem competência para legislar sobre a matéria, que é privativa dos municípios.
- (B) não tem competência para legislar sobre a matéria, que é privativa da União.
- (C) tem competência concorrente com a União para legislar sobre a matéria.
- (D) tem competência privativa para legislar sobre a matéria em seu território.
- (E) tem competência residual para legislar sobre a matéria.

36

Uma série de atos administrativos do Estado *Alfa*, não raro com o concurso de forças de segurança pública, avançou em aspectos afetos à autonomia dos municípios sediados em seu território. Essa situação gerou grande mobilização dos municípios atingidos, que passaram a defender a necessidade de ser decretada intervenção federal no Estado *Alfa*.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a intervenção alvitada

- (A) é denominada espontânea, devendo ser decretada conforme o juízo de valor do Presidente da República, ao tomar conhecimento dos fatos, cabendo ao Congresso Nacional apreciar, *a posteriori*, o respectivo decreto.
- (B) é denominada espontânea, devendo ser decretada conforme o juízo de valor do Presidente da República, ao tomar conhecimento dos fatos, cabendo ao Congresso Nacional apreciar, *a priori*, o respectivo decreto.
- (C) não é cabível, pois a União não pode se imiscuir em assuntos tipicamente municipais, a não ser que os municípios estejam situados em território, mas isto não impede que venha a ser decretada a intervenção pelo Tribunal de Justiça.
- (D) é denominada provocada, pressupondo o provimento de representação do Procurador-Geral da República, pelo Supremo Tribunal Federal, com posterior decreto do Presidente da República.
- (E) é denominada provocada, sendo decretada pelo Supremo Tribunal Federal, a partir de representação de qualquer interessado que venha a provar a afronta aos princípios constitucionais sensíveis.

37

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, ao apreciar as despesas de pessoal realizadas no âmbito do Município *Delta*, entendeu que a Lei municipal nº XX, que concedera uma gratificação aos servidores públicos municipais, era incompatível com a ordem constitucional.

Nesse caso, é correto afirmar que o Tribunal de Contas do Estado *Alfa*

- (A) a exemplo de qualquer Tribunal de Contas, pode afastar a aplicação da Lei municipal nº XX, em razão de sua inconstitucionalidade.
- (B) deve suspender a análise do processo administrativo até que o tribunal competente realize o controle concentrado de constitucionalidade.
- (C) não pode afastar a aplicação da Lei municipal nº XX, em razão de sua inconstitucionalidade, mas o Tribunal de Contas da União poderia deixar de aplicar uma lei por esse motivo.
- (D) deve declarar, formalmente, a inconstitucionalidade da Lei municipal nº XX, daí decorrendo o cabimento de recurso extraordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (E) não pode afastar a aplicação da Lei municipal nº XX, em razão de sua inconstitucionalidade, sendo que nem o Tribunal de Contas da União poderia deixar de aplicar uma lei por esse motivo.

38

No curso de uma demanda ajuizada em face do Município *Delta*, um Procurador Municipal constatou que era alegada a inconstitucionalidade da Lei municipal nº XX, sendo este o principal fundamento do pedido do autor. Ato contínuo, em uma pesquisa, observou que existiam inúmeras causas nas quais esse fundamento já fora acolhido, inclusive em outras regiões do País, considerando que diversos Municípios possuíam leis com conteúdo similar.

Por perceber que a demanda poderia ter o mesmo desfecho das demais, além de ser provável que outras ações semelhantes viessem a ser julgadas, consultou o Procurador-Geral do Município *Delta* a respeito da possibilidade de ser requerida, ao Supremo Tribunal Federal (STF), a edição de Súmula Vinculante que expressasse a compatibilidade da Lei municipal nº XX com a ordem constitucional.

O Procurador-Geral respondeu corretamente que o Município *Delta*

- (A) não tem legitimidade, em nenhuma hipótese, para requerer a edição de súmula vinculante.
- (B) tem legitimidade idêntica à dos demais entes federativos para requerer a edição de súmula vinculante.
- (C) tem legitimidade para requerer a edição de súmula vinculante, mas apenas incidentalmente, no curso do processo.
- (D) deve requerer que o juízo oficie ao STF para que avalie a possibilidade de edição da súmula vinculante, permanecendo a relação processual suspensa.
- (E) só pode requerer a edição de súmula vinculante se demonstrar, preliminarmente, que tem condições de figurar como representante adequado dos demais Municípios.

Processo Legislativo Constitucional

39

Um grupo de vinte e cinco senadores apresentou proposta de emenda constitucional, em período no qual uma região do país estava sendo atingida por calamidade de grandes proporções na natureza, visando a alterar o Art. 5º da Constituição da República de 1988, de modo a estender um direito ali previsto a pessoas que não eram contempladas.

Apesar de a matéria já ter sido rejeitada, no ano anterior, na mesma legislatura, o grupo de senadores tinha convicção de que o ambiente político era favorável à sua aprovação.

Ao final das discussões, a proposta foi aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros, sendo a Emenda Constitucional nº XX promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

À luz da sistemática constitucional, sobre o processo legislativo que redundou na Emenda Constitucional nº XX, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apresentou apenas vício de iniciativa.
- (B) Afrontou, apenas, os limites materiais e circunstanciais de reforma constitucional.
- (C) Afrontou, apenas, os limites temporais e circunstanciais para a reforma constitucional.
- (D) Apresentou vício de iniciativa e afrontou os limites temporais e circunstanciais para a reforma constitucional.
- (E) Apresentou vício formal, por ocasião da aprovação da proposta, além de afrontar os limites circunstanciais para a reforma constitucional.

40

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº XX, disciplinando determinadas relações jurídicas de trato continuado.

No curso do processo legislativo, foi aprovado projeto de lei de conversão, que inseriu modificações no texto inicialmente adotado pelo Chefe do Poder Executivo, o que resultou na exclusão de algumas relações jurídicas do alcance da referida Medida Provisória.

Considerando os termos dessa afirmativa, é correto afirmar que a Medida Provisória nº XX

- (A) manter-se-á integralmente em vigor até que o Presidente da República sancione ou vete o projeto.
- (B) manter-se-á integralmente em vigor até o fim do processo legislativo afeto ao projeto de lei de conversão.
- (C) perderá a sua eficácia se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período, o que acarretará o retorno das situações jurídicas ao *status quo*.
- (D) permanecerá em vigor, na parte não alterada pelo projeto de lei de conversão, até o fim do processo legislativo, enquanto a parte alterada terá a sua eficácia cessada assim que concluída a votação pelo Congresso Nacional.
- (E) perderá sua eficácia se não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes.

41

Em sua primeira reunião, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada no âmbito do Senado Federal para apurar alegados ilícitos praticados em determinado órgão público, no recolhimento de impostos federais, deliberou, de maneira fundamentada, pela adoção das seguintes medidas iniciais:

- I. A quebra do sigilo de dados telefônicos das pessoas envolvidas na arrecadação dos impostos.
- II. A decretação da indisponibilidade dos bens dos envolvidos.
- III. A realização de busca e apreensão de documentos no âmbito do órgão no qual os ilícitos teriam sido praticados.

Em relação às medidas iniciais adotadas pela CPI, à luz da ordem constitucional, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

Geral

42

A Lei Anticorrupção estabelece que a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica cabem à autoridade máxima de cada órgão ou entidade dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que agirá de ofício ou mediante provocação, observados o contraditório e a ampla defesa.

Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 12.846/2013, assinale a afirmativa correta.

- (A) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não poderá ser delegada.
- (B) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica em nível federal será conduzido pelo Tribunal de Contas da União, mediante comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 3 (três) ou mais servidores estáveis.
- (C) A apuração, o processo e o julgamento dos atos ilícitos previstos na citada lei, praticados contra a administração pública estrangeira, competem ao Senado Federal, observada a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais.
- (D) A Controladoria-Geral da União, no âmbito do Poder Executivo federal, terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados com fundamento na citada lei, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
- (E) O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão de apuração de ato lesivo à administração pública, poderá requerer as medidas administrativas, mas não judiciais, necessárias para a investigação e o processamento das infrações, em razão da natureza do direito sancionador previsto na citada lei.

43

Maria foi atropelada por um ônibus conduzido por José, empregado da sociedade empresária *Alfa*, concessionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros do Município *Beta*.

Maria procurou assistência jurídica na Defensoria Pública para ajuizar ação de indenização por danos morais e materiais.

No caso em tela, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação deve ser ajuizada em face

- (A) da sociedade empresária *Alfa*, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e o prazo prescricional para o ajuizamento é de cinco anos.
- (B) da sociedade empresária *Alfa*, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, e o prazo prescricional para o ajuizamento é de três anos.
- (C) da sociedade empresária *Alfa*, com base em sua responsabilidade civil objetiva, e o prazo prescricional para o ajuizamento é de três anos.
- (D) de José, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo imprescritível a demonstração de ter agido com dolo ou culpa, e o prazo prescricional para o ajuizamento é de cinco anos.
- (E) do Município *Beta*, com base em sua responsabilidade civil objetiva e subsidiária, e o prazo prescricional para o ajuizamento é de três anos.

44

O estatuto jurídico das empresas estatais estabelece que as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, no mínimo, alguns requisitos de transparência.

De acordo com a Lei nº 13.303/2016, assinale a opção que **não** contém um desses requisitos em relação a uma empresa estatal, em nível federal.

- (A) Divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade.
- (B) Elaboração de política de distribuição de dividendos, à luz do interesse público que justificou a criação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- (C) Divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional;
- (D) Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, anualmente, e aprovada pelo Senado Federal.
- (E) Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.

45

Determinada pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e qualificada como Organização Social (OS), observadas as formalidades legais, celebrou regularmente instrumento jurídico próprio com o ente federativo *Alfa*, que tem por objeto o gerenciamento, a operacionalização e a execução de ações e serviços de saúde na Unidade Hospitalar *Beta*.

No segundo mês à frente do hospital público *Beta*, a OS verificou que, para melhor exercer suas obrigações e de maneira a viabilizar a prestação com mais eficiência do serviço de saúde, seria importante a cessão de servidores públicos do ente *Alfa* para a OS.

O órgão da advocacia pública do ente *Alfa*, levando em consideração as normas de regência, emitiu parecer no sentido de que a cessão de servidores pretendida é

- (A) vedada pela lei, pois, em razão de sua natureza, o termo de fomento em vigor veda ao ente *Alfa* a cessão de servidores para a OS, haja vista que a organização já é remunerada para a prestação dos serviços.
- (B) possível, eis que, ao Poder Executivo do ente *Alfa*, é facultada a cessão especial de servidor para a OS, com ônus para o ente de origem, em razão do contrato de gestão em vigor.
- (C) vedada pela lei, pois, em razão de sua natureza, o contrato de gestão em vigor veda ao ente *Alfa* a cessão de servidores para a OS, haja vista que a organização já é remunerada para a prestação dos serviços.
- (D) vedada pela lei, pois, em razão da natureza do serviço prestado, o termo de colaboração em vigor veda ao ente *Alfa* a cessão de servidores para a OS, haja vista que a organização já é remunerada para a prestação dos serviços.
- (E) possível, eis que, ao Poder Executivo do ente *Alfa*, é facultada a cessão especial de servidor para a OS, com ônus para a OS cessionária, em razão do termo de parceria em vigor.

46

A Lei de Improbidade Administrativa sofreu substanciais alterações pela Lei nº 14.230/2021, de maneira a, por um lado, normatizar entendimentos já consolidados e, por outro, modificar o regime jurídico em relação à tipificação dos atos de improbidade, procedimentos, sanções etc.

Nesse contexto, em matéria de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade, a atual redação legal é no sentido de que

- (A) as sanções previstas na lei deverão ser executadas após a sentença condenatória, exceto a perda da função pública, pois os recursos não possuem efeito suspensivo.
- (B) a sanção de proibição de contratação com o poder público não poderá constar do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas previsto na Lei Anticorrupção.
- (C) a sanção de suspensão dos direitos políticos deve ter seu prazo contado, computando-se, retroativamente, o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) as sanções aplicadas a pessoas jurídicas com base na Lei de Improbidade e na Lei Anticorrupção não deverão observar o princípio do *non bis in idem*, pela independência das instâncias.
- (E) a sanção de proibição de contratação com o poder público deve, em regra, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observada a responsabilidade pelos impactos econômicos e sociais das sanções.

47

A sociedade de economia mista municipal *Beta* possui capital social majoritariamente público e presta exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial. No Município *Alfa*, o serviço público em matéria de trânsito nas vias públicas municipais é prestado pela sociedade de economia mista *Beta*, que, de acordo com lei local, é competente, inclusive, para aplicação das multas de trânsito.

De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a lei do Município *Alfa* que promoveu a delegação do poder de polícia à sociedade de economia mista *Beta*, inclusive da fase de sanção de polícia, mediante a possibilidade de aplicação de multas, é

- (A) inconstitucional, pois a sociedade de economia mista *Beta* é pessoa jurídica de direito privado, razão pela qual não pode exercer o poder de polícia, em quaisquer fases de seu ciclo.
- (B) inconstitucional, pois somente as atividades de apoio ao poder de polícia (consentimento e fiscalização de polícia) podem ser delegadas à pessoa jurídica de direito privado.
- (C) inconstitucional, pois somente lei federal, editada pelo Congresso Nacional, pode prever a possibilidade de delegação do poder de polícia na modalidade sanção de polícia.
- (D) constitucional, pois o fato de a sociedade de economia mista *Beta* ser pessoa jurídica de direito privado não a impede de exercer a função pública de polícia administrativa, na modalidade de sanção de polícia, com base em lei local.
- (E) constitucional, pois o fato de a sociedade de economia mista *Beta* ser integrante da administração indireta já viabiliza o exercício do poder de polícia, em quaisquer de suas fases, independentemente de lei local promovendo a delegação.

48

As parcerias público-privadas consistem em concessões de serviços públicos de natureza especial com objetivo de serem prestados de forma menos dispendiosa que o normal, podendo, ainda, se admitir o fornecimento de bens ou a execução de obras.

Em relação às cláusulas das parcerias público-privadas, a Lei nº 11.079/2004 dispõe que

- (A) a realização de vistoria dos bens reversíveis será realizada anualmente, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, sem prévia decisão judicial.
- (B) a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública será vedada.
- (C) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado será vedado.
- (D) o prazo de vigência do contrato será compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação, sendo cláusula obrigatória a disposição sobre as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais.
- (E) as cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, na imprensa oficial, onde houver, até o prazo de 15 (quinze) dias após a apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta Lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

Direito Administrativo

Licitações e Contratos

49

O Senado Federal publicou edital de licitação para contratação de utilização de programas de informática para todo seu parque computacional, sob o regime jurídico da Lei nº 14.133/2021.

Tendo em vista que, no processo administrativo que antecedeu o edital, a autoridade competente atestou a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual, no instrumento convocatório constou que o contrato para prestação do serviço de disponibilização de programas na área de tecnologia da informação terá prazo de 5 (cinco) anos.

Por estar em dúvida acerca da regularidade do citado prazo de vigência do contrato e diante do princípio da autotutela, o agente público que conduz a licitação solicitou ao Advogado do Senado Federal parecer sobre a matéria.

Desta forma, a orientação jurídica dada, com base na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi no sentido de que o prazo de 5 (cinco) anos previsto no edital

- (A) está em desacordo com o texto legal, razão pela qual o edital de licitação deve ser anulado, promovendo o Senado a publicação de novo instrumento convocatório, no qual deverá constar o prazo de vigência de até 2 (dois) anos, permitidas sucessivas prorrogações por se tratar de serviço de caráter continuado.
- (B) não pode ser modificado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de nulidade, mas pode ser objeto de prorrogação contratual, pelo prazo máximo de vinte anos.
- (C) deve ser alterado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, que deverá ser publicado novamente, a fim de constar o prazo legal de 1 (um) ano, permitida prorrogação por até 24 (vinte e quatro) meses.
- (D) deve ser alterado pelo Senado, por meio de retificação no edital de licitação, que deverá ser publicado novamente, a fim de constar o prazo legal de 2 (dois) anos, permitida prorrogação uma vez por igual período, apenas na próxima data de aniversário do contrato, quando entender que o contrato lhe oferece vantagem.
- (E) encontra base na lei e o Senado terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

50

Está em curso, no âmbito do Senado Federal, processo de licitação para contratação de serviços na área de construção civil, sob o regime jurídico da nova lei de licitações.

Na fase de julgamento do procedimento licitatório, constatou-se empate nas propostas originárias das sociedades empresárias *Alfa e Beta*.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, o primeiro critério de desempate é

- (A) o menor lance, de maneira que todos os licitantes classificados poderão ofertar sucessivos lances no prazo de 24 horas, sendo declarado vencedor o de menor preço.
- (B) a disputa final, de maneira que as sociedades empresárias *Alfa e Beta* poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- (C) a preferência a bens produzidos por empresas brasileiras ou de empresas cuja maioria de seus sócios seja brasileira, aplicável às sociedades empresárias *Alfa e Beta*.
- (D) o desenvolvimento pelas sociedades empresárias *Alfa e Beta* de programa de integridade, conforme orientação dos órgãos de controle.
- (E) a preferência à sociedade empresária que seja autora do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, por já deter conhecimento sobre o objeto do contrato, em prestígio ao princípio da eficiência.

51

Em outubro de 2022, sob o regime jurídico da nova lei de licitações, o Senado Federal publicou edital de licitação para aquisição de determinados materiais de escritório.

A sociedade empresária *Delta* tem interesse em participar do certame, mas, em setembro de 2021, foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por contratação de adolescentes em casos vedados pela legislação trabalhista.

Nesse contexto, com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a sociedade empresária *Delta*

- (A) não poderá disputar a licitação pretendida, diante da citada condenação judicial, e o impedimento permanecerá pelo prazo de 5 (cinco) anos entre o trânsito em julgado da condenação e a divulgação do edital do certame.
- (B) poderá disputar a licitação pretendida, pois a citada condenação judicial acarreta impedimento pelo prazo de 6 (seis) meses entre o trânsito em julgado da condenação e a divulgação do edital do certame.
- (C) poderá disputar a licitação pretendida, pois a citada condenação judicial acarreta impedimento pelo prazo de 1 (um) ano entre o trânsito em julgado da condenação e a divulgação do edital do certame.
- (D) poderá participar da licitação pretendida, haja vista que a citada condenação judicial apenas impede a sociedade empresária de disputar certames no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário no âmbito da União, pois a condenação pela contratação ilegal de adolescentes foi proveniente da Justiça do Trabalho.
- (E) não poderá disputar qualquer licitação, diante da citada condenação judicial, e o impedimento permanecerá por prazo indefinido desde o trânsito em julgado da condenação, como sanção perpétua pela gravidade na contratação ilegal de adolescentes.

52

A União, após regular licitação, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária *Ômega* para prestação de determinados serviços.

No curso do contrato, ocorreu o seguinte:

- I. atraso na obtenção da licença ambiental.
- II. atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação.
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, independentemente de restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021, em regra, a situação que constitui motivo para extinção do contrato, que deverá ser formalmente motivada em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, está descrita no(s) item(ns)

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

Legislação de Pessoal Civil

53

Alice, servidora pública ocupante de cargo efetivo no Senado Federal há 32 anos, acaba de se aposentar em 2022.

Sabe-se que, no final de dezembro do ano de 1995, Alice havia completado cinco anos de efetivo exercício ininterrupto em seu cargo, porém, até a data de sua aposentadoria, a servidora não gozou os três meses a que fazia jus a título de licença prêmio, tampouco tal período foi contado em dobro para sua aposentadoria.

Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, Alice

- (A) não tem direito à conversão em pecúnia da citada licença-prêmio, pois já se passaram mais de cinco anos da data em que a servidora completou o período aquisitivo.
- (B) não tem direito à conversão em pecúnia da citada licença-prêmio, independentemente do lapso temporal transcorrido desde quando foi completado o período aquisitivo, por expressa vedação legal.
- (C) tem direito à conversão em pecúnia da citada licença-prêmio, mediante prévio requerimento administrativo, mas é imprescindível a comprovação de que essa licença não foi gozada por necessidade do serviço e que a servidora não se afastou voluntariamente do cargo nos últimos cinco anos.
- (D) tem direito à conversão em pecúnia da citada licença-prêmio, independentemente de prévio requerimento administrativo, e é prescindível a comprovação de que essa licença não foi gozada por necessidade do serviço, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.
- (E) tem direito à conversão em pecúnia da citada licença-prêmio, mediante prévio requerimento administrativo, mas é imprescindível a comprovação de que essa licença não foi gozada por necessidade do serviço, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração.

54

Em recente julgamento da ADI 6655/SE, o Supremo Tribunal Federal entendeu que é inconstitucional a criação de cargos em comissão sem a devida observância dos requisitos indispensáveis fixados pelo STF.

Diante disso, o Senado Federal, em sede de controle interno, realizou auditoria para analisar a situação de cargos em comissão, oportunidade em que verificou a regularidade de seu pessoal, haja vista que atendidos os requisitos indicados pelo STF, entre eles

- (A) as atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.
- (B) o número de cargos comissionados criados não deve guardar proporcionalidade com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente que os criar.
- (C) a criação dos cargos em comissão não deve pressupor a necessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.
- (D) o exercício de função de confiança e o provimento de cargo em comissão podem recair sobre pessoa não concursada, diante do regime excepcional de livre nomeação e exoneração.
- (E) a criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, bem como para as atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

55

Marcelo, servidor público federal há 15 anos, praticou ofensa física, em serviço, contra o servidor Joaquim, em situação que não configurava legítima defesa própria ou de outrem.

Marcelo, até então, nunca havia respondido a qualquer processo administrativo disciplinar (PAD) e possui vários elogios anotados em sua folha de assentamentos funcionais (FAF).

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 8.112/90 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, após regular PAD, deve ser aplicada a Marcelo a sanção de

- (A) suspensão de 30 (trinta) dias, devendo ser considerados a não reincidência e os elogios da FAF do servidor como circunstâncias atenuantes e bons antecedentes funcionais.
- (B) suspensão de até 90 (noventa) dias, devendo ser considerados a não reincidência e os elogios da FAF do servidor como circunstâncias atenuantes e bons antecedentes funcionais.
- (C) demissão, pois a autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão, quando caracterizadas as hipóteses previstas na lei.
- (D) demissão, que pode ser convertida em suspensão de 90 (noventa) dias, pelo fato de não ser reincidente o servidor e possuir bons antecedentes em razão dos elogios constantes em sua FAF.
- (E) suspensão de 90 (noventa) dias, pois a autoridade administrativa não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão, quando caracterizadas as hipóteses previstas na lei.

Direito Civil e Processual Civil

56

A sociedade empresária *Transportes Ltda.* celebrou contrato com a sociedade empresária *Manutenções Ltda.*, por via do qual esta se obrigou perante aquela, mediante retribuição, a fornecer serviços de manutenção mecânica de ônibus intermunicipais.

No instrumento contratual, dentre outras, estipularam as seguintes cláusulas:

(1ª) a sociedade empresária *Manutenções Ltda.* deve manter uma equipe fixa de manutenção no galpão da sociedade empresária *Transportes Ltda.*;

(2ª) a sociedade empresária *Manutenções Ltda.* deve fornecer serviços de reparos em regime de urgência, deslocando equipe para o local onde o veículo se encontrar, sempre que acionada;

(3ª) o descumprimento de qualquer dessas obrigações importa pagamento de multa de 10% sobre o valor da remuneração por dia de desfalque nos serviços ou por chamado urgente não atendido;

(4ª) se houver três infrações contratuais no mesmo mês ou cinco no intervalo de dois meses, o contrato é tido como extinto, devendo a sociedade empresária *Manutenções Ltda.* pagar multa em valor correspondente a três vezes a remuneração mensal paga pela sociedade empresária *Transportes Ltda.*; e

(5ª) qualquer questão deve ser tratada no foro do Distrito Federal e as partes renunciam, previamente, ao direito de recorrer contra qualquer decisão do juízo de primeira instância, que será a única instância a resolver qualquer controvérsia de maneira definitiva.

Diante do caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cláusula primeira revela obrigação de execução continuada, não havendo elementos que permitam concluir que a superveniência de condição resolutiva gere efeitos quanto aos atos já praticados.
- (B) A cláusula segunda denota regime de sobreaviso regulado pelas normas de Direito Trabalhista, que prevalecem sobre as normas de Direito Civil.
- (C) A cláusula terceira prevê cláusula penal compensatória, cuja função é pré-fixar as perdas e os danos em face do inadimplemento.
- (D) A cláusula quarta indica cláusula resolutiva expressa, produzindo efeitos a partir de simples interpelação judicial.
- (E) É nula a cláusula de renúncia ao direito de recorrer das decisões de primeira instância, porque as normas e garantias processuais que envolvem o direito ao recurso são de ordem pública e de natureza indisponível.

57

Tereza, estudante universitária de 17 anos, mantém um relacionamento sério com Túlio, médico, residente e domiciliado em Teresópolis/RJ. Tereza permanece de segunda a sexta-feira em Teresópolis, na casa de Túlio, em razão de estudar na cidade, e retorna para a casa dos pais no Rio de Janeiro para os finais de semana.

Ocorre que, no final de semana do dia 13 de maio de 2022, em que pese Tereza ter saído de Teresópolis, como afirmado por Túlio e outras pessoas conhecidas, que viram Tereza embarcando no ônibus para o Rio de Janeiro, nunca chegou à casa dos seus pais no Rio de Janeiro e não deu notícias desde então.

Após incessantes buscas por Tereza, seus pais decidiram dar início ao procedimento declaratório de ausência.

Ante a hipótese narrada, é correto afirmar que a ação declaratória de ausência

- (A) deverá ser proposta em Teresópolis, pois Tereza possuía domicílios aparentes e a última vez em que foi vista foi em Teresópolis, e seus pais terão preferência na nomeação como curadores dos bens de Tereza.
- (B) deverá ser proposta no Rio de Janeiro, domicílio necessário de Tereza, e Túlio terá preferência na nomeação como curador dos bens de Tereza.
- (C) poderá ser proposta no Rio de Janeiro ou em Teresópolis, onde Tereza possuía domicílios voluntários e aparentes, e Túlio terá preferência na nomeação como curador dos bens de Tereza.
- (D) deverá ser proposta em Teresópolis, domicílio voluntário de Tereza, e Túlio terá preferência na nomeação como curador dos bens de Tereza.
- (E) deverá ser proposta no Rio de Janeiro, domicílio necessário de Tereza, e seus pais terão preferência na nomeação como curadores dos bens de Tereza.

58

Em 03 de maio de 1998, quando namorava Antônia, Carlos tomou R\$ 3.000,00 (três mil reais) emprestados de sua namorada para realização de uma viagem de lazer com amigos. O valor deveria ser pago em 03 de maio de 2000. No ano seguinte ao empréstimo, Antônia e Carlos contraem matrimônio no dia 03 de maio e decidem optar pelo regime da comunhão universal de bens. Em 2018, o casal resolve dissolver a sociedade conjugal e a extinção do casamento pelo divórcio ocorre em 03 de maio daquele ano. Seis meses após o divórcio, Antônia decide cobrar seu crédito oriundo do referido empréstimo.

Acerca do crédito de Antônia, é correto afirmar que

- (A) a pretensão de Antônia encontra-se extinta em razão da ocorrência da prescrição.
- (B) Antônia pode cobrar o valor, pois o prazo prescricional ficou interrompido e não houve extinção da dívida por confusão.
- (C) é indevido o pagamento por Antônia, ante o uso do valor para aprestos do matrimônio.
- (D) Carlos deve realizar o pagamento, pois a dívida é excluída da comunhão e o prazo prescricional ficou suspenso.
- (E) a cobrança é indevida, pois a comunhão universal extinguiu a obrigação por força da confusão patrimonial.

59

José Francisco ajuizou ação indenizatória em face de Paulo André, noticiando que, no dia 10/01/2019, quando atravessava certa avenida na cidade do Rio de Janeiro, em atenção e respeito ao sinal de trânsito, foi atingido pelo veículo de propriedade do réu, que também era o condutor. Informa que, em razão do atropelamento, sofreu danos físicos que exigiram internação hospitalar, além de sequelas que o impossibilitam de exercer suas funções laborais. Pleiteou a condenação do réu ao ressarcimento das despesas médico-hospitalares e ao pagamento de dois salários mínimos mensais, até seu reestabelecimento para o exercício da profissão.

O réu contestou e denunciou à lide a *Seguradora Tranquilidade*, em razão de contrato celebrado com a litisdenuciada, com o escopo de eventual pagamento da cobertura para danos a terceiros. A seguradora apresentou defesa reiterando "todos os termos da contestação oferecida pela Ré-Denunciante", assegurando que sua responsabilidade, no caso de procedência do pedido, restringir-se-ia ao limite do seguro contratado.

Ante a situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

- I. A *Seguradora Tranquilidade*, tendo aceitado a denúncia da lide realizada pelo segurado, assume posição de litisconsorte passivo na demanda principal, podendo ser condenada direta e solidariamente junto com o segurado a pagar a indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- II. Paulo André, uma vez comprovados sua culpa e o nexo causal, será condenado a indenizar José Francisco no montante equivalente aos danos emergentes, acrescidos dos lucros circunscritos ao período da convalescença, mas não será obrigado a pensionamento mensal.
- III. A *Seguradora Tranquilidade* não será condenada ao pagamento da indenização diretamente ao autor, pois não mantém qualquer relação jurídica com este e, também, porque sua responsabilidade é de natureza contratual, em razão do contrato celebrado com Paulo André.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, apenas.

60

Rui adquire determinada chácara e, de forma a valorizar a propriedade, propõe à vizinha, Regina, o uso de um corredor que lhe permita acessar outra rodovia da região, além daquela, a que Rui já possui acesso.

Ajustados verbalmente a remuneração e o prazo de dois anos, é possível qualificar o negócio jurídico contratado por Rui e Regina como instituidor de

- (A) direito real de servidão.
- (B) comodato.
- (C) locação.
- (D) passagem forçada.
- (E) direito real de uso.

61

Jaqueline, solteira, vem a falecer. Como possíveis herdeiros, Jaqueline contava apenas com Marcos e João, seus sobrinhos e irmãos entre si. Ao descobrir que Jaqueline, por testamento, afastou os sobrinhos da herança para deixá-la à Associação de Caridade Solidária e à amiga Carolina, Marcos desferiu insultos à falecida tia no perfil que ela mantinha em rede social.

Diante disto, cabe buscar a cessação da lesão à honra de Jaqueline

- (A) a João e a Marcos, conjuntamente.
- (B) à Associação de Caridade Solidária.
- (C) ao Ministério Público.
- (D) à Associação e a Carolina, conjuntamente.
- (E) a João.

62

Em concurso singular de credores, é correto dizer que o ordenamento civil brasileiro posiciona a preferência material do crédito garantido por hipoteca

- (A) abaixo do crédito com privilégio especial.
- (B) acima do crédito condominial.
- (C) abaixo do crédito condominial.
- (D) acima do crédito tributário de IPTU.
- (E) abaixo do crédito com privilégio geral.

63

Maria decide divorciar-se de João, com quem era casada há 7 (sete) anos, tendo dois filhos em comum, menores de idade (10 e 12 anos de idade). O casal já havia se separado de fato há 6 (seis) meses, com Maria residindo com as crianças na Asa Sul de Brasília e João residindo na região do Gama (DF).

Não havendo acordo, Maria propõe ação de divórcio com pedido de guarda unilateral dos dois filhos a seu favor, com restrição de visitas ao pai, para as manhãs de domingo. Ao final, requer, também, a condenação do pai – e dos avós paternos – ao pagamento de prestação alimentar a favor dos filhos menores.

Sobre o caso acima, em caso de falecimento de Maria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O foro competente para a propositura da ação de divórcio ajuizada por Maria é o de domicílio de Maria ou do réu João, à livre escolha da autora da ação.
- (B) Mesmo que não haja acordo entre as partes, o juízo só deve atender ao pedido de guarda unilateral se João renunciar ao exercício da guarda ou for demonstrada a inaptidão de João para exercer poder familiar.
- (C) A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e solidária, razão pela qual devem arcar com a prestação caso estejam presentes os requisitos da necessidade e possibilidade.
- (D) Para que o pedido de concessão de alimentos a favor dos filhos menores seja julgado procedente, Maria precisa produzir prova cabal da necessidade dos filhos menores e a possibilidade de João em pagá-los.
- (E) Em razão do pleito alimentar, o valor da causa deve ser indicado pela soma de 6 (seis) prestações mensais pedidas pela parte demandante.

Direito Empresarial

64

O Conselho de Administração da companhia aberta *Construtora Conquista d'Oeste S/A* aprovou a aquisição do controle da sociedade empresária *Cerâmica Indavaí Ltda.* por valor de compra correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

Antes da efetivação da operação, acionistas minoritários da companhia se opuseram sob alegação de ilegalidade, pois a operação depende de deliberação da assembleia-geral da companhia, especialmente convocada para esse fim.

O presidente do Conselho de Administração defendeu a decisão, justificando ser prerrogativa exclusiva do órgão tal aprovação, eis que o valor da operação de aquisição do controle não constitui investimento relevante para a companhia. Após os opositores terem exigido provas da justificativa, foram apresentados documentos que atestam o seguinte, em relação ao investimento nas controladas:

- I) o valor contábil em cada sociedade controlada corresponde a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia;
- II) no conjunto das controladas, o valor contábil é igual a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

Considerando-se que a *Construtora Conquista d'Oeste S/A* não tem investimento em coligadas, bem como as disposições da Lei nº 6.404/76 sobre o investimento em controladas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não procede a oposição dos minoritários, pois a competência é privativa do Conselho de Administração, já que, em relação aos investimentos, o valor contábil nas controladas em conjunto, corresponde a 25% do valor do patrimônio líquido da investidora, sendo superior ao percentual do valor da aquisição do controle, logo, não é investimento relevante.
- (B) Procede a oposição dos minoritários, pois a competência para deliberar sobre a operação é da assembleia-geral, eis que a aquisição do controle é investimento relevante, diante de o valor contábil no conjunto das controladas ser superior a 15%, (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.
- (C) Não procede a oposição dos minoritários, pois somente seria competente a assembleia-geral para deliberar sobre a operação se o valor de aquisição fosse superior a 50% (cinquenta por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia, considerado o somatório dos percentuais dos investimentos individual e em conjunto nas controladas.
- (D) Procede a oposição dos minoritários e a operação deve ser deliberada pela assembleia-geral, pois qualquer operação de aquisição do controle de sociedade empresária por companhia aberta é investimento relevante para ela, haja vista que o valor contábil em cada controlada excede a 1% (um por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.
- (E) Não procede a oposição dos minoritários, pois o Conselho de Administração, e na sua ausência, o acionista controlador, é competente para autorizar operações de aquisição do controle de sociedades não controladas ou coligadas, eis que o valor contábil em cada controlada é inferior a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da companhia.

65

Armazém-Geral Lucas do Rio Verde Ltda., depositário de produtos agrícolas, emitiu, a pedido do depositante, sob a forma cartular, Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e *Warrant Agropecuário* (WA).

O depositante deverá proceder ao depósito dos títulos perante depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil, mas decide, antes, consultar advogado sobre as obrigações e responsabilidades previstas em lei.

Considerando a situação-problema apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O depósito do CDA e do WA em depositário central será precedido da entrega à custódia de instituição legalmente autorizada para esse fim, por meio de endosso-mandato, lançado no CDA, e de endosso-caução lançado no WA.
- (B) Por ocasião da baixa do depósito do CDA e do WA no depositário central, a instituição custodiante dos títulos é responsável por efetuar o endosso ao credor.
- (C) O depositante promoverá o depósito do CDA e do WA em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil, no prazo de 10 (dez) dias, da data de emissão dos títulos.
- (D) Como o CDA e WA são cartulares, o depósito em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil far-se-á sem indicação do número de controle, que, nesse caso, não é um requisito essencial dos títulos.
- (E) Vencido o prazo de 10 (dez) dias da data de emissão, sem o depósito dos títulos perante depositário central, deverá o depositante solicitar ao Armazém-Geral a substituição dos títulos por recibo de depósito, em seu nome.

66

Sobre a *proteção aos direitos autorais*, prevista na Lei nº 9.610/1998, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a remuneração dos coautores de uma obra audiovisual depender dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor da obra audiovisual deverá lhes prestar contas semestralmente, salvo se outro prazo houver sido pactuado pelas partes.
- II. Qualquer pessoa que editar obra literária sem autorização do titular perderá para este os exemplares apreendidos e lhe pagará o preço dos que tiver vendido. Caso não se saiba o número de exemplares da edição fraudulenta, o transgressor pagará ao titular o valor de mil exemplares, além dos apreendidos.
- III. Os dirigentes das associações de gestão coletiva de direitos autorais respondem solidária e independentemente de culpa, com seus bens particulares, para com os associados, por desvio de finalidade ou por inadimplemento das obrigações, quando tais atos forem praticados por eles, bem como por seus prepostos ou representantes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

67

A partir da entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, o ordenamento jurídico brasileiro passou a contar com disposições disciplinando a Insolvência Transnacional.

O Capítulo VI-A da Lei nº 11.101/2005 apresenta conceitos para efeito de sua aplicação, como o de *processo estrangeiro principal* e de *estabelecimento*, baseados nas definições de “*foreign main proceeding*” e “*establishment*” contidas no Art. 2º da Lei Modelo sobre Insolvência Transfronteiriça, da UNCITRAL.

Considerando tal narrativa, assinale a opção que apresenta os referidos conceitos de forma correta.

- (A) Processo estrangeiro principal é qualquer processo estrangeiro aberto no país em que o devedor tenha estabelecimento ou bens. / Estabelecimento é qualquer local de operações em que o devedor desenvolva uma atividade econômica organizada, transitória ou não, com o emprego de tecnologia, bens ou serviços.
- (B) Processo estrangeiro principal é qualquer processo estrangeiro aberto no país que seja o centro dos negócios do devedor. / Estabelecimento é o local de operações em que o devedor desenvolva sua atividade econômica principal com o emprego de recursos humanos e de tecnologia.
- (C) Processo estrangeiro principal é qualquer processo estrangeiro aberto no país em que o devedor tenha o centro de seus interesses principais. / Estabelecimento é qualquer local de operações em que o devedor desenvolva uma atividade econômica não transitória com o emprego de recursos humanos, bens ou serviços.
- (D) Processo estrangeiro principal é qualquer processo estrangeiro aberto no país em que o devedor tenha estabelecimento. / Estabelecimento é o local de operações em que o devedor desenvolva uma atividade econômica profissional com o emprego de recursos humanos, tecnologia e de bens.
- (E) Processo estrangeiro principal é qualquer processo estrangeiro aberto no país em que o devedor tenha bens. / Estabelecimento é qualquer local de operações em que o devedor desenvolva uma atividade econômica profissional e organizada com o emprego de recursos humanos e de serviços.

Direito Penal e Processual Penal

68

O princípio da *intranscendência da pena veda* que

- (A) o tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos.
- (B) uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.
- (C) em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles.
- (D) o sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.
- (E) se cumpra, no Brasil, pena aplicada por órgão jurisdicional estrangeiro sem o *exequatur* do STJ.

69

João e Paulo são empregados do setor financeiro de uma empresa pública sobre cuja conta bancária Paulo tem poder de gestão.

Para aliviar os problemas financeiros de Paulo, João sugere que ele saque, da conta bancária da empresa, R\$ 8.000,00 (oito mil reais) que não estão contabilizados, de modo que dificilmente alguém notaria a falta desse resíduo financeiro. Paulo agradece a ideia do colega, saca o dinheiro e paga a alguns credores.

Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) João é partícipe do crime de peculato cometido por Paulo.
- (B) João e Paulo cometeram o delito de apropriação indébita.
- (C) Paulo não pode ser autor do crime de peculato, pois não é classificado como funcionário público para fins penais.
- (D) João cometeu o delito de corrupção ativa ao instigar um funcionário público a obter vantagem indevida.
- (E) Paulo será isento de pena se, antes do trânsito em julgado da condenação, restituir à empresa pública todo o valor sacado.

70

Acerca da *reincidência*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Classifica-se como reincidente aquele que comete um crime tendo cometido outro anteriormente.
- () Os crimes militares próprios devem ser considerados na aferição da reincidência.
- () A reincidência não produz os seus efeitos se houverem decorrido mais de cinco anos entre o crime anterior e o mais recente.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F, F e F.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e V.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

71

Acerca do incidente de *insanidade mental do acusado*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Durante a investigação, a autoridade policial poderá determinar a realização de exame médico-legal para dirimir dúvida sobre a higidez mental do indiciado.
- (B) Verificada a inimizabilidade do réu ao tempo do crime, o processo permanecerá suspenso até que ele se restabeleça.
- (C) Constatada a semi-imputabilidade do réu ao tempo do crime, o processo deve prosseguir regularmente.
- (D) A instauração do incidente resulta na suspensão do processo e do prazo prescricional.
- (E) Caso a doença mental seja posterior ao delito, o juiz deve proferir sentença absolutória imprópria.

72

Sobre as *medidas investigativas* admitidas pela Lei nº 12.850/2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas), assinale a afirmativa correta.

- (A) As medidas de captação ambiental e de interceptação telefônica têm os mesmos requisitos legais.
- (B) As provas fornecidas pelo colaborador não poderão ser aproveitadas em caso de rescisão do acordo de colaboração.
- (C) A ação controlada deve ser autorizada judicialmente.
- (D) O Ministério Público pode deixar de denunciar o líder da organização se ele for o primeiro a colaborar para a apuração de delito desconhecido das autoridades.
- (E) O agente infiltrado não será punido se cometer delitos no interesse da organização, a menos que tenha excedido aos limites estabelecidos judicialmente e lhe fosse exigível comportamento diverso.

73

Sobre a *prova testemunhal*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Um psicanalista deverá testemunhar se o seu paciente dispensá-lo do dever de sigilo profissional.
- (B) A testemunha intimada que tiver deixado de comparecer à audiência poderá ser conduzida coercitivamente.
- (C) As testemunhas são inquiridas pelo juiz, sem prejuízo de que as partes façam perguntas complementares em seguida.
- (D) A ex-mulher não está eximida de depor como testemunha em processo em que seu ex-cônjuge é réu.
- (E) É facultado às testemunhas não depor na presença do réu.

Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e da Seguridade Social

74

Das situações abaixo listadas envolvendo empregados(as) regidos(as) pela CLT, assinale a que contempla a hipótese na qual **não** será possível o saque integral ou a utilização total do FGTS depositado na conta vinculada do trabalhador(a) junto à CEF.

- (A) Dayse, que possui deficiência e necessita, por prescrição, adquirir órtese para promoção de acessibilidade.
- (B) Lúcio, que, nos termos do regulamento próprio, possui doença rara, assim reconhecida pelo Ministério da Saúde.
- (C) Júlia, que extinguiu seu contrato de trabalho por acordo, em consenso com o empregador, na forma da CLT.
- (D) Miguel, que pretende utilizar 30% do seu saldo para integralização de cotas do FI-FGTS.
- (E) Ronildo, que tem 72 anos de idade.

75

Gerson e Roberta são casados, não possuem filhos e trabalham na mesma sociedade empresária.

Após cumprirem integralmente o período concessivo, ambos requereram ao empregador a concessão de férias no mesmo período. Contudo, o empregador explicou e comprovou que isso causaria prejuízo ao serviço e, por isso, propôs que Gerson entrasse de férias 1 dia antes de Roberta, pois, desse modo, a maior parte delas seria aproveitada pelo casal simultaneamente, com pequena diferença, e a sociedade empresária não teria prejuízo. Assim, Gerson entrou de férias 2 dias antes de um feriado nacional e, Roberta, 1 dia antes do mesmo feriado.

Considerando os fatos narrados e a previsão contida na CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Agiu mal o empregador, porque, sendo um casal, teriam direito potestativo de aproveitar férias no mesmo período, daí porque irregular o procedimento.
- (B) As férias do casal poderiam ter início em datas diferentes, mas não poderiam acontecer na véspera ou antevéspera de feriado, pelo que irregular a concessão.
- (C) Correta a sociedade empresária, porque, havendo justificativa, o casal poderia iniciar as férias em períodos diferentes, sendo irrelevante que seja véspera ou antevéspera de feriado.
- (D) A sociedade empresária poderia conceder as férias em períodos distintos, mas, como isso milita contra a união familiar, teria de pagar os prejuízos materiais a que deu causa.
- (E) Não há direito ao casal de reivindicar férias simultâneas, porque, para isso, a CLT exige que os empregados tenham filhos menores de 18 anos de idade.

76

Uma montadora de automóveis pretende impetrar Mandado de Segurança contra ato do Superintendente Regional do Trabalho de um determinado estado da Federação. O motivo é que, em 2022, a sociedade empresária recebeu a visita de auditores-fiscais do trabalho, que reputaram ilegal a terceirização de uma atividade e determinaram que as carteiras profissionais desses terceirizados fossem assinadas pela montadora.

Independentemente do mérito da questão debatida, assinale a opção que contempla a competência para apreciação desse Mandado de Segurança.

- (A) Vara do Trabalho.
- (B) Competência originária do Tribunal Regional do Trabalho da Região.
- (C) Competência originária do Tribunal Regional Federal.
- (D) Vara Federal comum.
- (E) Competência originária do Tribunal Superior do Trabalho.

77

Numa terça-feira, dia útil, um oficial de justiça compareceu às 20h na residência de um reclamado, visando a intimá-lo a comparecer a uma audiência trabalhista designada para a sexta-feira da semana seguinte, dia útil, às 7h30min, a ocorrer na sede do juízo.

Considerando os fatos narrados e a previsão contida na CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ato processual e a audiência designada estão dentro do horário normatizado pela CLT.
- (B) O ato praticado pelo oficial de justiça não poderia ocorrer às 20h, mas a audiência poderia ser marcada para as 7h30min.
- (C) A audiência não poderia ser designada para as 7h30min, mas o ato praticado pelo oficial de justiça poderia ocorrer às 20h.
- (D) Tanto o horário eleito pelo oficial para o ato processual quanto o horário designado para a audiência estão irregulares, devendo ser refeitos sob pena de nulidade.
- (E) Sendo dias úteis, os atos processuais podem ser feitos em horário possível para o oficial de justiça, e as audiências, em horário que o juiz repute adequado.

78

Dos benefícios previdenciários listados a seguir, considerando o que dispõe a Lei de Custeio da Seguridade Social, assinale o que é considerado salário de contribuição e, assim, terá retenção de INSS cota-parte do(a) segurado(a).

- (A) Aposentadoria.
- (B) Pensão por morte.
- (C) Auxílio reclusão.
- (D) Salário-maternidade.
- (E) Auxílio-acidente.

79

Beatriz foi aposentada por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez) em virtude de uma doença profissional.

Graças ao avanço da medicina, um novo tratamento foi criado e Beatriz a ele se submeteu, conseguindo recuperar-se totalmente após 4 anos e 8 meses da concessão do benefício. Com isso, Beatriz retornou à função que desempenhava na sociedade empresária ao ser aposentada.

Sobre o destino do benefício previdenciário, considerando os fatos narrados e a previsão contida na legislação de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez que já transcorreu o prazo de 4 anos, a aposentadoria será irreversível, independentemente de Beatriz se recuperar.
- (B) A segurada Beatriz terá direito de receber 50% da aposentadoria por incapacidade permanente até que consiga a aposentadoria programada.
- (C) Beatriz receberá a aposentadoria integralmente por 6 meses, contados da recuperação, após o que haverá redução de 50% por 6 meses e cessará após a redução de 75% por mais 6 meses.
- (D) Beatriz terá direito a receber auxílio-acidente após sua recuperação pelo mesmo tempo que durou a sua aposentadoria por incapacidade permanente.
- (E) O benefício previdenciário pago a Beatriz cessará de imediato, porque a recuperação ocorreu em menos de 5 anos.

Direito Eleitoral

80

XX, presidente do partido político *Alfa*, pretendia estruturar uma federação partidária com o partido político *Beta*, mas tem dúvidas em relação à conveniência dessa medida.

Ao analisar a legislação, XX chegou às conclusões a seguir.

- I. A federação de partidos políticos pode ter abrangência nacional, estadual ou municipal.
- II. Os partidos reunidos em federação devem permanecer a ela filiados por no mínimo 4 (quatro) anos, sendo que o descumprimento desse prazo impedirá o partido, entre outras consequências, de celebrar coligação nas duas eleições seguintes.
- III. Os partidos políticos que integram a federação preservam sua identidade e autonomia.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

81

João, em 2020, foi condenado, em sentença judicial transitada em julgado, à sanção de 5 (cinco) anos de suspensão dos direitos políticos, em razão da prática de ato doloso de improbidade administrativa, enquadrado na Lei nº 8.429/1992.

Sobre a hipótese apresentada, à luz da sistemática legal vigente, é correto afirmar que João

- (A) ficará inelegível até 2025, qualquer que tenha sido a tipologia do ato de improbidade administrativa em que sua conduta foi enquadrada.
- (B) além do período de suspensão dos direitos políticos, também ficará inelegível por 8 (oito) anos, a contar de 2025, qualquer que tenha sido a tipologia do ato de improbidade administrativa em que sua conduta foi enquadrada.
- (C) além do período de suspensão dos direitos políticos, também ficará inelegível por 8 (oito) anos, a contar de 2025, desde que o ato de improbidade administrativa tenha importado em enriquecimento ilícito e em dano ao patrimônio público.
- (D) além do período de suspensão dos direitos políticos, também ficará inelegível por 8 (oito) anos, a contar de 2025, desde que o ato de improbidade administrativa tenha importado em enriquecimento ilícito ou em dano ao patrimônio público.
- (E) somente ficará inelegível pelo período definido na sentença condenatória, o que pressupõe que o ato de improbidade administrativa importou em enriquecimento ilícito ou em dano ao patrimônio público.

82

Maria pretende concorrer ao cargo de Prefeita do Município *Alfa*, sendo a única pretendente ao cargo no âmbito da convenção partidária, mas foi informada pela assessoria jurídica do seu partido político que isto não seria possível. Esse entendimento decorria do fato de Maria ser alcançada por uma causa de inelegibilidade, que somente iria exaurir os seus efeitos três dias antes da data da eleição.

Insatisfeita com a informação da assessoria jurídica, Maria consultou um advogado especializado na matéria, que lhe explicou corretamente que a referida informação está

- (A) certa, pois o processo eletivo se inicia com o pedido de registro da candidatura e Maria não poderá obter o seu deferimento em razão da incidência da causa de inelegibilidade.
- (B) certa, pois o registro da candidatura de Maria será indeferido em razão da referida causa de inelegibilidade, o que a impedirá de realizar propaganda eleitoral e de ter o seu nome inserido na urna eletrônica.
- (C) errada, pois a presença de causas de inelegibilidade não deve ser analisada por ocasião do pedido de registro da candidatura, mas, sim, à época da diplomação.
- (D) errada, pois o exaurimento da inelegibilidade em momento anterior à eleição configura alteração fática e jurídica superveniente ao registro, o que afasta a inelegibilidade.
- (E) errada, pois, apesar de o registro da candidatura de Maria ter que ser indeferido, seus direitos de candidata surgirão nos três dias anteriores à eleição, o que lhe permitirá realizar a propaganda eleitoral e concorrer à eleição.

Direito Financeiro e Tributário

83

A Constituição Federal de 1988 prevê, nos artigos 157 a 160, a repartição das receitas tributárias, estabelecendo a destinação do montante arrecadado de alguns tributos.

Nesse sentido, em relação ao produto do Imposto sobre a Renda, incidente na fonte - IRRF, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados, é correto afirmar que

- (A) pertence aos Estados o produto desse IRRF, sendo eles partes legítimas na ação de restituição desse IRRF proposta por seus servidores.
- (B) pertence aos Estados o produto desse IRRF, sendo, no entanto, a União a única parte legítima na ação de restituição desse IRRF proposta por servidores estaduais, em razão da sua condição de sujeito ativo da obrigação tributária.
- (C) pertence à União o produto desse IRRF, em razão da sua competência tributária ativa, sendo também ela a parte legítima na ação de restituição desse IRRF.
- (D) pertence à União o produto desse IRRF, sendo os Estados, em litisconsórcio facultativo com a União, partes legítimas na ação de restituição desse IRRF proposta por seus servidores.
- (E) pertence 50% aos Estados e 50% à União o produto desse IRRF, sendo o Estado e a União, em litisconsórcio necessário, partes legítimas na ação de restituição desse IRRF proposta por servidores estaduais.

84

Sobre o crime de sonegação fiscal e os crimes contra as ordens tributária e econômica e contra as relações de consumo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Constitui crime funcional contra a ordem tributária, com pena de detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.
- II. Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no Art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.
- III. É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

85

Acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ou Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Cabe à legislação do Município eleger o sujeito passivo do IPTU.
- () O IPTU, por ser um imposto real, não pode ter alíquotas diferenciadas de acordo com a localização do imóvel.
- () Considera-se suficiente para fins de notificação do lançamento tributário a remessa do carnê do IPTU ao endereço do contribuinte.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e V.
- (D) F, F e V.
- (E) V, F e F.

86

No que se refere à incidência do Imposto sobre a Renda, analise as afirmativas a seguir.

- I. Incide Imposto sobre a Renda sobre o pagamento de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço.
- II. Incide Imposto sobre a Renda sobre a indenização recebida por danos morais, conforme sentença transitada em julgado.
- III. Incide Imposto sobre a Renda sobre os valores recebidos a título de indenização por horas extraordinárias trabalhadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

87

Em relação ao orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- (A) São exceções ao princípio da anualidade orçamentária os créditos adicionais especiais, extraordinários e suplementares autorizados nos últimos quatro meses do exercício, que podem ser reabertos nos limites de seus saldos, no ano seguinte, incorporando-se ao orçamento do exercício subsequente.
- (B) Pelo princípio da universalidade, o orçamento deverá conter todas as despesas e receitas, inclusive as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.
- (C) A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento referente às empresas públicas federais.
- (D) Constitui exceção ao princípio da não vinculação de receitas a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde.
- (E) É permitida pela Constituição Federal de 1988 a edição de medidas provisórias para matérias orçamentárias, quais sejam, planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais.

88

A Fazenda Nacional ajuizou execução fiscal em face da pessoa jurídica X, sujeito passivo devedor original da obrigação tributária. Posteriormente, a execução fiscal foi redirecionada para João, sócio-administrador da pessoa jurídica X, em razão da sua presumida dissolução irregular.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A dissolução irregular pode ser presumida se a pessoa jurídica X deixou de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para João.
- (B) Não cabe o redirecionamento para João, pois o mero inadimplemento da obrigação tributária não gera responsabilidade do sócio-administrador da pessoa jurídica X.
- (C) João poderá oferecer exceção de pré-executividade, ainda que necessária dilação probatória, desde que não requeira perícia.
- (D) Se houver penhora de bem de João, ele terá 30 dias para opor embargos à execução, contados da juntada aos autos do mandado cumprido.
- (E) Em caso de penhora de bem do casal, a cônjuge de João não poderá opor embargos de terceiros, mas será a ela assegurada a metade do preço alcançado, em caso de alienação do bem em hasta pública.

Direito Internacional Público e Privado

89

Após estudar e morar onze anos no exterior, Pedro deliberou retornar para trabalhar e residir definitivamente no Brasil e trazer os bens móveis adquiridos durante sua estadia fora.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Pedro deverá comprovar a conclusão do curso que se propôs a realizar no exterior a fim de desfrutar de isenção de direito de importação e de taxas aduaneiras sobre os bens móveis destinados ao seu consumo que trouxe consigo.
- (B) Pedro desfrutará de isenção de 50% da alíquota do imposto de importação incidente sobre os bens móveis destinados ao seu consumo na hipótese de retorno ao Brasil antes da conclusão do curso.
- (C) Pedro poderá introduzir no País, com isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras, os bens novos ou usados, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, de seu uso ou consumo pessoal e profissional, sempre que, por sua quantidade, natureza ou variedade, não permitam presumir importação ou exportação com fins comerciais ou industriais.
- (D) Pedro deverá recolher, em qualquer hipótese, imposto de importação sobre os bens móveis adquiridos no exterior destinados exclusivamente ao seu consumo pessoal durante sua estadia fora.
- (E) Pedro não poderá trazer os bens móveis adquiridos durante sua estadia no exterior em razão da existência de similares no mercado nacional.

90

Em uma demanda judicial referente a um litígio existente em um contrato de compra e venda internacional de mercadorias, uma sociedade empresária japonesa alegou, perante a autoridade judiciária brasileira, direito estrangeiro para fundamentar a sua pretensão condenatória deduzida perante a sociedade empresária nacional.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autoridade judicial brasileira deverá indeferir a petição inicial por inépcia.
- (B) Ao juiz, é vedado transferir à parte o encargo de comprovar o teor e a vigência do direito estrangeiro.
- (C) A alegação de direito estrangeiro pelos litigantes depende da concordância da parte contrária.
- (D) A parte que alegar direito estrangeiro provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- (E) A alegação de direito estrangeiro pelos litigantes viola a ordem pública.

91

Ao processar e julgar uma demanda envolvendo como autora uma sociedade empresária chinesa e, como ré, uma brasileira e aplicar o direito estrangeiro, por expressa determinação da regra de conexão brasileira, assinale a opção que indica a lei que deverá ser efetivamente observada pela autoridade judiciária nacional, considerando que a lei estrangeira remete à aplicação da lei da nacionalidade da empresa demandante.

- (A) A lei estrangeira.
- (B) A lei mais favorável ao demandado.
- (C) A lei brasileira.
- (D) A lei mais favorável ao demandante.
- (E) A lei chinesa.

92

Um canadense, domiciliado na Itália, veio ao Brasil para participar de um seminário promovido pela empresa holandesa para a qual trabalha e trouxe consigo o seu equipamento de informática japonês.

De acordo com o Direito Internacional Privado brasileiro, assinale a opção que indica a lei aplicável para qualificar e reger as relações concernentes ao equipamento.

- (A) A lei canadense.
- (B) A lei italiana.
- (C) A lei brasileira.
- (D) A lei holandesa.
- (E) A lei japonesa.

Direito Digital

93

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabelece princípios, garantias, direito e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Com base nos princípios previstos nesta legislação, analise os itens a seguir.

- I. É possível a aplicação da *graduated response* no Brasil, segundo a qual os infratores contumazes de direitos autorais na internet recebem respostas cada vez mais duras às infrações cometidas, sendo que, ao final, depois de receber multas, notificações e ter sua velocidade de conexão reduzida, se não deixarem de violar direitos autorais na rede, podem ser punidos com a interrupção temporária de seu acesso à internet.
- II. É lícito que um provedor de conexão estabeleça, como ferramenta de inibição de compartilhamento não autorizado de arquivos de música e filmes, que tudo o que fosse trocado via BitTorrent, por exemplo, trafegue muito lentamente pela rede, de modo a desincentivar a prática delitiva.
- III. O provedor de aplicações de internet constituído na forma de pessoa jurídica e que exerça essa atividade de forma organizada, profissionalmente e com fins econômicos, deverá manter os respectivos registros de acesso a aplicações de internet, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do regulamento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III, apenas.

94

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Com base nesta legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) É lícito o tratamento de dados pessoais para proteção do crédito, ainda que sem o consentimento expresso do titular.
- (B) É nula a cláusula prevista em contratos, convênios ou instrumentos congêneres que preveja a transferência a entidades privadas de dados pessoais constantes na base de dados do Poder Público.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público não são obrigadas a indicar encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais.
- (D) Os dados pessoais anonimizados permanecem considerados dados pessoais, sempre que só puderem ser revertidos por esforços técnicos excepcionais ou extraordinários.
- (E) Os dados pessoais sensíveis só podem ser tratados quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas.

95

Pedro foi um dos autores de chacina cometida no Estado de São Paulo. Condenado a 15 anos de reclusão, cumpriu integralmente a pena privativa de liberdade.

Recentemente, após Pedro ter cumprido a pena que lhe foi imposta, uma página de rede social pretende fazer publicação com os detalhes do crime, com intuito meramente informativo.

Pedro pretende invocar seu direito ao esquecimento e, ainda, direito de resposta a ser publicada na referida página da rede social.

A respeito do caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando que a punibilidade já foi extinta, Pedro poderá invocar o direito ao esquecimento, reconhecido como compatível com a ordem constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, para requerer a retirada da notícia do *blog*.
- (B) Embora Pedro não possa arguir validamente o direito ao esquecimento na hipótese, os familiares das vítimas poderão impedir a publicação da postagem, eis que o direito ao esquecimento é assegurado à vítima e a seus sucessores, conforme decisão do STF em sede de repercussão geral.
- (C) Embora o direito ao esquecimento não se aplique ao caso em tela, eventual excesso no exercício da liberdade de expressão poderá ensejar o dever de indenizar Pedro por danos suportados à sua honra e imagem.
- (D) Eventual exercício de direito de resposta por Pedro em face da publicação deve ser exercido no prazo decadencial de 90 (noventa) dias, contados da data da divulgação na notícia.
- (E) Caso não divulgada a resposta pela página, Pedro poderá ajuizar ação de rito especial, prevista na Lei nº 13.188/2015, visando compelir a página a divulgar sua resposta, permitida a cumulação de pedidos e a reconvenção.

96

O sigilo telemático é direito fundamental estabelecido no Art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal de 1988. O avanço nos meios de comunicação provocou transformações no âmbito de proteção deste direito, bem como a respeito de eventual afastamento de tal direito em casos concretos.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A disseminação de notícia falsa por meio de redes sociais não está abrangida pela liberdade de expressão. Todavia, diante da ausência de previsão legal específica, os Tribunais não podem determinar sua remoção, conforme entendimento firmado pelo STF em sede de repercussão geral.
- (B) O sigilo telemático não engloba a proteção a conversas travadas em aplicativos de mensagens.
- (C) O princípio da neutralidade da rede impede o fornecimento, mediante decisão judicial, do fornecimento de registro de conexão a aplicação de internet, mesmo que haja fundados indícios da ocorrência de ilícito.
- (D) O provedor de internet pode ser compelido a fornecer o registro de acesso a aplicações de internet, desde que presentes fundados indícios da ocorrência do ilícito, justificativa motivada da utilidade dos registros solicitados para fins de investigação ou instrução probatória e o período ao qual se referem os registros.
- (E) Cláusula contratual firmada em contrato de fornecimento de serviço de acesso à internet pode afastar o sigilo de comunicações privadas pela internet, desde que seja escrita.

Legislação Complementar

97

XX, assessor do Senador YY, foi instado a analisar o regimento interno e identificar o instrumento a ser utilizado para que parte de uma proposição legislativa, em que o Senado Federal atue como Casa iniciadora, passe a constituir projeto autônomo, bem como se essa medida deve ser concedida mediante deliberação do Plenário.

Após as consultas devidas, o assessor esclareceu corretamente que o instrumento a ser utilizado é

- (A) o destaque, podendo ser dispensada a aprovação pelo plenário se for apresentado por bancada de partido, observada a assinatura de certo quantitativo de senadores.
- (B) a emenda autônoma, podendo ser dispensada a aprovação pelo plenário se for apresentada pelo bloco de governo ou pelo bloco de oposição.
- (C) o substitutivo, podendo ser dispensada a aprovação pelo plenário se houver um acordo de liderança.
- (D) a indicação, que será necessariamente apreciada pelo plenário, salvo se subscrita pela maioria absoluta dos membros da casa legislativa.
- (E) a cisão da discussão, que deve ser necessariamente apreciada pelo plenário, salvo se for atribuído regime de urgência à nova proposição.

98

João, Pedro e Maria, estudiosos do Direito da Infância e da Juventude, travaram intenso debate a respeito dos critérios a serem utilizados para a fixação da competência dos juízos da infância e da juventude, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.069/1990.

João sustentava que qualquer criança ou adolescente deveria ter os seus direitos tutelados pelo referido juízo. Pedro afirmava que o juízo seria competente apenas em se tratando de crianças e adolescentes em situação de risco. Maria, por sua vez, defendia que o juízo seria competente, nas situações indicadas na lei, estando a criança ou o adolescente, em alguns casos, em situação de risco e, em outros, não.

À luz da sistemática da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que

- (A) João está totalmente certo, sendo que, em se tratando de ato infracional, será competente a autoridade do local em que se encontra o adolescente, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (B) Pedro está totalmente certo, sendo que, em se tratando de ato infracional, será competente a autoridade do local em que estiverem domiciliados os pais ou o responsável pela criança ou adolescente.
- (C) Maria está totalmente certa, sendo que, em se tratando de ato infracional, será competente a autoridade do local da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- (D) João, Pedro e Maria estão errados, porque a atuação do Poder Judiciário, em matéria de infância e juventude, deve ser direcionada pelo princípio do melhor interesse, não por regras rígidas e preestabelecidas.
- (E) João, Pedro e Maria estarão certos a depender dos circunstancialismos de ordem concreta, considerando a natureza da causa e a forma como ela interfere na formação da criança e do adolescente.

99

João, pessoa com deficiência, compareceu perante determinado órgão público para solicitar certo equipamento destinado a promover uma funcionalidade que facilitaria sua inclusão social.

Ao analisar a aparência de João, o servidor público que o atendeu afirmou que a deficiência de João não parecia ser obstáculo suficiente à superação dos obstáculos de ordem física que poderiam se apresentar na vida em sociedade, logo, não via razão para o Estado fornecer o equipamento almejado.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que João almejava

- (A) um desenho universal de acessibilidade, cuja funcionalidade não se exaure nos fins indicados pelo servidor público, também se destinando à superação de barreiras atitudinais e consequente promoção da inclusão social.
- (B) uma tecnologia assistiva, cuja funcionalidade não se exaure nos fins indicados pelo servidor público, também se destinando à superação de barreiras atitudinais e consequente participação social.
- (C) uma ajuda técnica, cuja funcionalidade se exaure na obtenção da inclusão social da pessoa com deficiência, o que permite concluir que o servidor estava errado em suas considerações.
- (D) um desenho universal de acessibilidade, que se destina à superação das barreiras urbanísticas, arquitetônicas e nos transportes, o que aponta para a correção das considerações do servidor.
- (E) uma ajuda técnica, que se destina à superação das barreiras urbanísticas, arquitetônicas e nos transportes, o que aponta para a correção das considerações do servidor.

100

Joana, servidora pública, foi informada por uma colega que ela estava muito cotada para assumir a ouvidoria da estrutura estatal de poder em que atuava.

Ao se inteirar a respeito das atribuições do ouvidor, a colega de Joana informou que eram muito relevantes, considerando que o ouvidor deve receber e encaminhar à autoridade competente as manifestações recebidas dos usuários, embora não pudesse analisá-las. Além disso, deve acompanhar o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações do usuário perante o órgão a que está vinculado, bem como adotar medidas de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública.

Joana entendeu que as atribuições descritas por sua colega eram demasiado amplas, decidindo se aprofundar mais em relação a essa temática. Ao final de suas reflexões, concluiu corretamente que

- (A) todas as informações de sua colega estavam certas.
- (B) sua colega apenas se equivocou ao afirmar que o ouvidor deveria adotar medidas de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública.
- (C) sua colega apenas se equivocou ao afirmar que o ouvidor não poderia analisar as manifestações recebidas dos usuários antes de encaminhá-las ao órgão competente.
- (D) sua colega apenas se equivocou ao afirmar que o ouvidor, além de encaminhar, deveria acompanhar o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações do usuário perante o órgão a que está vinculado.
- (E) sua colega apenas se equivocou ao afirmar que o ouvidor deveria acompanhar o tratamento das manifestações do usuário perante o órgão a que está vinculado, o que reflete um processo interno ao qual o ouvidor não pode acessar.

Realização

